Quando a polícia é indiferente

Continuam impunes os atentados

Flávio Dieguez

As circunstâncias misteriosas que envolveram a série de atentados à bala e à bomba, ocorridos nos últimos dias em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, têm uma componente sinistra com que a população deve justificadamente se inquietar: o comportamento da polícia.

No dia 5, após um dos atentados, contra a Livraria Capitu, no bairro de Pinheiros, em São Paulo, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Assembléia Legislativa de São Paulo condenou "não só a violência impune daqueles que não podem conviver com a livre manifestação das idéias, mas principalmente o desinteresse suspeito com que a autoridade policial reage a tais atentados".

Ocorreram ao todo nove atentados desde o início do mês, sem levar em conta uma série de ameaças que só em Porto Alegre teria chegado a mais de 15, obrigando seis escolas primárias a suspenderem as aulas por precaução.

Em São Paulo, apenas a Livraria Capitu foi atacada duas vezes, primeiro no dia 2, quando um tiro perfurou a vitrine e um poster de Che Guevara, durante a madrugada.

No dia seguinte, as proprietárias receberiam um telefonema: "somos do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Foi só um tiro. Se continuarem vendendo material subversivo colocaremos fogo nessa porcaria".

No dia 5, a mesma vitrine recebeu mais dez tiros de uma arma automática, calibre 22. CBA/SP acrescentava que é preciso exigir "que seja garantida a liberdade de expressão e a liberdade de ir e vir", prosseguindo por sua parte nas denúncias "contra a propalada abertura, que na verdade apenas encobre a continuidade das leis repressivas".

Em Porto Alegre, a situação das apurações corre de maneira suspeitíssima, no mínimo. Até agora, o estudante — considerado apenas como suspeito — se nega a fazer qualquer declaração: "nada a declarar", responde apenas, a qualquer pergunta que se lhe faça.

Os parlamentares que ouviram o seu depoimento sobre o atentado tiveram que se contentar com um registro de sua recusa em responder. Suspeita-se que ele tenha recebido instruções das autoridades policiais para agir dessa forma, embora isso tenha sido negado por sua advogada, Jussara Marques, que também não fez comentário.

As perguntas mais importantes, não respondidas, referiam-se à semelhança entre a bomba de agora (um pó químico acondicionado em cascas de ovos) e as bombas usadas em atentados passados: um comício do PMDB as manifestações do Movimento Contra a Carestia, a sede da OAB e na apresentação da cantora argentina, Mercedes Sosa.

A RESPONSABILIDADE

No entanto, o vice-presidente da Assembléia gaúcha, Ibsen Ribeiro, garantiu que está

Agência Folhas

Os grupelhos de extrema-direita fizeram vários ataques a livrarias de São Paulo

R04073

Os torturadores anistiados

Como está sendo aplicada a Lei de Anistia

Otto José

O Superior Tribunal Militar — STM — deve julgar nas próximas semanas o pedido de punição feito pela advogada baiana Ronilda Noblat contra os torturadores que cegaram em fevereiro de 1976, em Aracajú, o ex-preso político Milton Coelho de Carvalho. A petição da advogada já foi negada em primeira instância pelo juiz auditor da VI Circunscrição Militar, Larry José Ribeiro Alves, que considerou os três torturadores — o tenente-coronel Oscar Silva e os agentes da Polícia Federal Areovaldo de Andrade e Josué Santos Leite — "beneficiados" pela lei da Anistia, criando, com o uso, o primeiro caso de aplicação dessa lei para anistiar torturadores.

Embora no caso de Milton Coelho a tortura tenha ficado comprovada nos autos e reconhecida até na sentença da Auditoria Militar e do STM, o juiz Larry Ribeiro Alves e o promotor Kleber de Carvalho Coelho decidiram não aceitar a denúncia principalmente por estar envolvido um oficial do Exército de alta patente, o tenente-coronel Oscar Silva, que foi responsável pelo mandado de prisão contra Milton Coelho.

oficial tem muita responsabilidade no caso, nem que seja apenas por omissão, pois deveria ter cobrado dos dois agentes sobre o destino de Milton.

"ANISTIADOS"

Quando o juiz Larry Ribeiro recebeu a nova petição de Ronilda Noblat, já não arguiu mais incompetência. Simplesmente, quando percebeu o risco do oficial do Exército vir a ser processado, como um passe de mágica ele mudou de opinião. Agora já não mais compara o caso de Milton Coelho ao de Vladimir Herzog; ao contrário, afirma que os três torturadores estão beneficiados pela anistia do Governo. Além disso cometeu uma irregularidade processual grave já que mandou ouvir de novo o promotor sobre o assunto. Anteriormente o promotor Valter Montenegro reconheceu a tese defendida pela advogada e admitia que os três acusados deveriam ser processados. Mas, agora o promotor já é outro: Kleber de Carvalho Coelho que "deu interpretação diferente" para o problema.

série de ameaças que só em Porto Alegre teria chegado a mais de 15, obrigando seis escolas primárias a suspenderem as aulas por precaução.

Em São Paulo, apenas a Livraria Capitu foi atacada duas vezes, primeiro no dia 2, quando um tiro perfurou a vitrine e um poster de Che Guevara, durante a madrugada.

No dia seguinte, as proprietárias receberiam um telefonema: "somos do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Foi só um tiro. Se continuarem vendendo material subversivo colocaremos fogo nessa porcaria".

No dia 5, a mesma vitrine recebeu mais dez tiros de uma arma automática, calibre 22. Os mesmos tiros de uma arma 22 (de uma "Bereta" ou uma "Mauser") atingiram nesse dia mais dua Livrarias da capital: a Kairós, na avenida Paulista, e depois a Livramento, próxima à entrada da Cidade Universitária.

No Rio, os atentados, à bomba, atingiram o jornal "Hora do Povo", e a sede do movimento Convergência Socialista. Em Porto Alegre, uma bomba de gás lacrimogêneo, jogada pelo estudante da Escola de Polícia Civil, Luís Fernando de Oliveira, preso em flagrante, interrompeu a sessão plenária da Assembléia Legislativa, onde a oposição pretendia reverenciar as vítimas da revolução, dia 1 .

APURAÇÃO SUSPEITA

Apenas no caso da Livraria Capitu, os infratores se identificaram como membros do grupo terrorista de extrema direita CCC.

Mas, segundo denúncia do Comitê Brasileiro pela Anistia, de São Paulo, "todos esses fatos têm a mesma tônica, ou seja, a violência dirigida contra aqueles que procuram expressar-se livremente..., que denunciam as arbitrariedades do regime". A nota do dessa forma, embora isso tenha sido negado por sua advogada, Jussara Marques, que também não fez comentário.

As perguntas mais importantes, não respondidas, referiam-se à semelhança entre a bomba de agora (um pó químico acondicionado em cascas de ovos) e as bombas usadas em atentados passados: um comício do PMDB as manifestações do Movimento Contra a Carestia, a sede da OAB e na apresentação da cantora argentina, Mercedes Sosa.

A RESPONSABILIDADE

No entanto, o vice-presidente da Assembléia gaúcha, Ibsen Ribeiro, garantiu que está comprovada a responsabilidade do diretor da Escola de Polícia, delegado Resende, e do superintendente dos serviços policiais, delegado Luís Carlos Carvalho da Rocha, e isso num "assunto que compromete os esforços pela abertura e demonstra a confiança na impunidade de quem praticou (os atentados)".

Em São Paulo, o deputado Fernando Moraes, vice-presidente do Conselho de Direitos Humanos da Assembléia, colocou a questão da seguinte forma: "o comportamento que a polícia está tendo nos dá o direito de suspeitarmos de sua cumplicidade nos atentados", Após o primeiro atentado na Capitu, "foi preciso muita insistência para que o delegado do 14º Distrito Policial abrisse ocorrência", pois dizia que o vidro podia ter sido quebrado por uma pedra.

"A segunda dificuldade foi conseguir proteção policial. O delegado do 14º Distrito alegou que o assunto era de competência do Dops, este mandou (as proprietárias) pedirem proteção à PM, que alegou não ter autoridade para dar proteção ostensiva". Só após a repetição do atentado, é que a Secretaria de Segurança forneceu a proteção.

Noblat contra os torturadores que cegaram em fevereiro de 1976, em Aracajú, o ex-preso político Milton Coelho de Carvalho. A petição da advogada já foi negada em primeira instância pelo juiz auditor da VI Circunscrição Militar, Larry José Ribeiro Alves, que considerou os três torturadores — o tenente-coronel Oscar Silva e os agentes da Polícia Federal Areovaldo de Andrade e Josué Santos Leite — "beneficiados" pela lei da Anistia, criando, com o uso, o primeiro caso de aplicação dessa lei para anistiar torturadores.

Embora no caso de Milton Coelho a tortura tenha ficado comprovada nos autos e reconhecida até na sentença da Auditoria Militar e do STM, o juiz Larry Ribeiro Alves e o promotor Kleber de Carvalho Coelho decidiram não aceitar a denúncia principalmente por estar envolvido um oficial do Exército de alta patente, o tenente-coronel Oscar Silva, que foi responsável pelo mandado de prisão contra Milton Coelho.

IRREGULARIDADE

A proteção ao tenente-coronel Oscar Silva ficou evidente a partir do momento que surgiu a possibilidade de ter que sentar no banco de réus para responder pelo crime praticado contra Milton Coelho. Quando Ronilda Noblat fez a representação criminal pedindo a reabertura do processo na Auditoria Militar de Salvador, o juiz Larry Ribeiro argumentou inicialmente que não tinha competência para julgar os agentes federais Areovaldo de Andrade hoje chefe da Comunicação da PF de Salvador e Josué Santos Leite porque eram funcionários públicos federais.

A advogada, inconformada com o resultado, recorreu ao STM argumentando que os dois agentes, além de estarem a serviço do DOI-CODI — portanto, esfera militar — prenderam Milton Coelho de posse de um mandado de prisão expedido pelo tenente-coronel Oscar Silva,, encarregado do IPM. O envolvimento do policial na tortura ficou comprovado depois da declaração dada por escrito pelo comandante do 28º BC de Aracaju, coronel Osmar de Melo Silva atestando ter recebido Milton Coelho no quartel no dia 25 de fevereiro de 1976, portanto cinco dias depois de sua prisão.

Exatamente durante esses cinco dias que Milton Coelho foi torturado até ficar completamente cego. Cabia então ao tenente-coronel Oscar Silva que expediu o mandato de prisão apurar onde é que o preso ficou até ser entregue no quartel. No entender de Ronilda, o de Milton.

"ANISTIADOS"

Quando o juiz Larry Ribeiro recebeu a nova petição de Ronilda Noblat, já não arguiu mais incompetência. Simplesmente, quando percebeu o risco do oficial do Exército vir a ser processado, como um passe de mágica ele mudou de opinião. Agora já não mais compara o caso de Milton Coelho ao de Vladimir Herzog; ao contrário, afirma que os três torturadores estão beneficiados pela anistia do Governo. Além disso cometeu uma irregularidade processual grave já que mandou ouvir de novo o promotor sobre o assunto. Anteriormente o promotor Valter Montenegro reconheceu a tese defendida pela advogada e admitia que os três acusados deveriam ser processados. Mas, agora o promotor já é outro: Kleber de Carvalho Coelho que "deu interpretação diferente" para o problema.

Em seu despacho, Kleber de Carvalho afirma que a ação de Ronilda Noblat, mesmo que tivesse de ser proposta, já está morta, na medida que a lei da anistia beneficiou acusados de terem torturado presos políticos. É o chamado "crime conexo", incluido na lei da anistia com o objetivo claro de proteger os torturadores. Ronilda Noblat não tem dúvidas que tanto o juiz como o promotor mudaram de opinião ao perceber que no processo estava envolvido um militar de alta patente e procuraram, logo, enquadrá-lo na lei da anistia. A avaliação é tão verdadeira que basta constatar a atitude que os dois representantes do Ministério Público tomaram anteriormente, quando se tratava apenas de dois agentes da Polícia Federal; se fossem só os dois, seguramente seriam processados.

De qualquer forma, o juiz Larry Ribeiro foi obrigado a enviar para o STM a nova petição de Ronilda, para quem, do ponto de vista histórico, ficará fixado que a lei da anistia foi feita para beneficiar os torturadores. A advogada aponta a incoerência da lei, que é excludente para os condenados por seqüestros, assaltos, etc. e, ao mesmo tempo, beneficia torturadores que praticaram crime de lesão corporal.

Antes de mudar de opinião, o próprio juiz Larry Ribeiro havia comparado o caso de Milton ao de Herzog. E ele estava no caminho certo, explica o advogado, porque o caso de Herzog continua no Tribunal Federal de Recursos, exatamente porque se considerou seu assassinato um crime comum, não passível de ser anistiado. Mais grave é a situação de Milton Coelho, cuja tortura foi reconhecida e repudiada pela Auditoria Militar de Salvador e pelo STM.

À espera de Flávia

Juridicamente libertada, ainda ficou presa

Até o momento de encerrarmos esta edição, na sexta-feira, Flávia Schilling ainda não havia embarcado para o Brasil, embora sua libertação já estivesse decretada e também já estivesse pronto o decreto de sua expulsão, o que indica que sua partida do Uruguai estava por horas. Flávia Schilling passou sete anos e quatro meses encarcerada no Uruguai.

A volta de Flávia ao Brasil é uma vitória conseguida com grande esforço. Primeiro, através de sua luta pessoal pela sobrevivência nos cárceres uruguaios, sofrendo o que um deputado brasileiro qualificou de "uma repulsiva e flagrante violação dos direitos humanos". Ela foi torturada, mesmo quando ainda convalescente do disparo que a atingiu ao ser presa, sob a acusação de colaborar com o movimento uruguaio Tupamaros e depois ainda sob condições inqualificáveis, que durante os três primeiros anos de prisão impediram-na de receber sequer uma visita, transferida várias vezes de cárcere.

Sua libertação é também uma vitória das forças populares brasileiras que se mobilizaram, lideradas pelas entidades de anistia, para exigir o fim dessa arbitrariedade, cometida pelo regime ditatorial uruguaio, com o silêncio dos governantes brasileiros. A vitória desse movimento, disse na semana passada Mila Calduro, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, de Porto Alegre, ainda na expectativa da chegada de Flávia, "abre

Supremo Tribunal Militar uruguaio, através de legislação especial, criada à última hora, a ditadura uruguaia ainda vacilou. O retorno estava marcado para o dia 9, mas o grupo de representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, parentes e simpatizantes, além de jornalistas, que correram ao aeroporto de Congonhas para recebê-la, ficou frustrado. Alegando "questões burocráticas", o Governo uruguaio delongou por mais algum tempo a espera angustiante.

Quem estava no aeroporto de Montevidéu e não viu Flávia ser embarcada no avião da Cruzeiro, que chegaria a São Paulo às 19h30 da quinta-feira passada, ainda levou um susto: quando um carro do Exército abordou um avião da Varig de saída, pensaram que, sem avisar ninguém, os militares uruguaios pretendessem embarcar Flávia no aparelho. Mas o advogado Gerson Mendoça, encarregado do caso pela família Schilling, foi avisado de que seria comunicado da partida de Flávia, oficialmente.

Ao mesmo tempo, levantou-se a hipótese de que sua libertação afinal teria sido atrasada porque os militares uruguaios pretendiam soltá-la junto com um grupo de doze ou quinze outros presos políticos estrangeiros que também se beneficiaram da emenda legal que abreviou para dois terços as penas de presos de boa conduta.

Dessa forma, o Governo do Presidente Aparício Mendez

verno brasileiro, que, sob as pressões, pronunciou-se, através do próprio presidente Figueiredo, pela libertação: o que parece ter sido decisivo na promulgação da nova lei. O porta-voz do Itamaraty, Bernardo Pericás, no entanto, negou publicamente que o Uruguai tivesse feito alguma exigência para concordar com o pedido de Figueiredo, que teria feito um "apelo em caráter puramente humanitário".

Agora, segundo informações que circularam na última semana, o chanceler Saraiva Guerreiro pretenderia levar Flávia a Brasília e eventualmente, apresentá-la a Figueiredo, o que seria uma forma de o Governo brasileiro capitalizar a sua libertação; mas não é certo que isso venha a acontecer.

Em todo o caso, com a presença de Flávia Schilling no Brasil certamente poderão ser esclarecidas algumas perguntas que, durante os últimos tempos, preocuparam os brasileiros.

Como foi, realmente, sua prisão, e quais as acusações e perguntas dos inquisidores? Como é o tratamento dado aos presos políticos no Uruguai? Como foram resolvidas as questões de saúde que afetaram a brasileira durante sua prisão?

Em outra ordem de idéias, a opinião pública também aguarda esclarecimentos sobre a transferência de advogados e sobre o papel das entidades de anistia nesse incidente, bem como até que ponto a interferência do Governo brasileiro na libertação final de Flavia Schilling pode realmente ser enten-

Agência Estado

Só um pouco tarde a oposição viu que interesses defendia

O jogo sujo da soja

A mobilização dos produtores de soja do Rio Grande do Sul contra o confisco cambial, e, mais tarde, depois de muitas negociações, a queda desse confisco, tem despertado algumas discussões polêmicas entre as oposições gaúchas.

Num primeiro instante, quando lavradores colocaram seus tratores e colheitadeiras nas estradas protestando, organizando reuniões em igrejas, clubes e cooperativas, a impressão que se tinha é que estava mesmo ocorrendo um sólido movimento de protesto contra o regime, com nítidas características de oposição. Nesse momento, deputados e senadores de quase todos os partidos pronunciaram-se em defesa dos lavradores, reafirmando a justeza de suas reivindicações.

Mas, pouco depois, quando o movimento ganhou mais corpo e tornou-se claro quem eram os seus mais empenhados defensores, pôde-se perceber que os interesses em jogo não eram exatamente os dos pequenos produtores.

Para se compreender o que aconteceu, é importante conhecer o perfil dos plantadores de soja. Em primeiro lugar, não há propriamente o "pequeno" plantador. A soja é uma cultura altamente meca-

Durante a organização dos movimentos chegou mesmo a acontecer em Ijuí um atrito entre lavradores e deputados da oposição que desejavam colaborar, pois os lavradores insistiam que aquele não era um movimento político.

A atuação do Governo estadual foi, ainda, um fator de dispersão até mesmo para aqueles agricultores que pretendiam fazer um movimento de oposição, quando Amaral de Souza, apoiado pela grande imprensa, passou a transformar as reivindicações numa causa de gauchismo.

Lutar contra o confisco era reviver o velho espírito farrapo, colocar um lenço vermelho na ponta da lança e partir para amarrar o pingo, não mais num obelisco do Rio de Janeiro, mas agora no Palácio do Planalto. O chauvinismo gaúcho, reacionário e ultrapassado, passou a ser uma "grande causa" para o Governo estadual que já vinha repetindo essa mesma idéia nas campanhas de propaganda que tem veiculado nos jornais e revistas.

Dessa forma, deputados do PDS, funcionários do Governo estadual, oligarquias municipais mais conservadoras, passaram a ser os grandes heróis do Rio Grande. E poucos perceberam o engano em que incorriam.

Sua libertação é também uma vitória das forças populares brasileiras que se mobilizaram, lideradas pelas entidades de anistia, para exigir o fim dessa arbitrariedade, cometida pelo regime ditatorial uruguaio, com o silêncio dos governantes brasileiros. A vitória desse movimento, disse na semana passada Mila Calduro, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, de Porto Alegre, ainda na expectativa da chegada de Flávia, "abre espaço para outras campanhas, mostrando o que a movimentação popular pode conseguir".

Mesmo no último instante, depois da libertação de Flávia estar assegurada pelo cado da partida de Flávia, oficialmente.

Ao mesmo tempo, levantou-se a hipótese de que sua libertação afinal teria sido atrasada porque os militares uruguaios pretendiam soltá-la junto com um grupo de doze ou quinze outros presos políticos estrangeiros que também se beneficiaram da emenda legal que abreviou para dois terços as penas de presos de boa conduta.

Dessa forma, o Governo do presidente Aparício Mendez daria a entender que a soltura de Flávia não foi uma derrota política, em face das pressões, mas um simples gesto de boa vontade do regime. Esta preocupação assombrava também o Go-

Como é o tratamento dado aos presos políticos no Uruguai? Como foram resolvidas as questões de saúde que afetaram a brasileira durante sua prisão?

Em outra ordem de idéias, a opinião pública também aguarda esclarecimentos sobre a transferência de advogados e sobre o papel das entidades de anistia nesse incidente, bem como até que ponto a interferência do Governo brasileiro na libertação final de Flavia Schilling pode realmente ser entendida como uma tática dos seus advogados para a obtenção da sua liberdade, ou, ao contrário, uma tática do Governo para capitalizar para si os efeitos políticos dessa anistia.

A controvérsia do Pró-Álcool

A questão do álcool como alternativa energética deverá tornar-se um dos temas mais debatidos nas próximas semanas. Os militares da chamada "direita nacionalista" certamente serão alguns dos principais polemizadores do problema.

A exemplo do que já fez, por mais de uma vez, seu colega Antonio Carlos de Andrada Serpa, o chefe do Estado Maior do Exército, general Ernani Ayrosa, causou surpresa, na semana passada, ao condenar publicamente a entrada de capitais estrangeiros no programa do álcool, afirmando que os recursos nacionais ão suficientes para financiá-

Um alto funcionário do nistério das Minas e Ener-, citado por diversos jor-is diários, disse que outros nerais e altos oficiais do xército estão de acordo com yrosa. O líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, que no passado defendeu a campanha de "O petróleo é nosso", criticou o general Ayrosa — como já havia criticado o general Serpa — de maneira mais ou menos velada, dizendo temer que o capital nacional não seja suficiente para garantir o cumprimento das metas do Pró-Álcool.

Já o senador Teotônio Vilela, do PMDB de Alagoas — ele próprio um usineiro — qualificou o pronunciamento de Ayrosa de "uma grande alegria para o meu espírito nacionalista".

Lembrando-se também dos discursos do general Serpa, Vilela disse que "aqui eu o cumprimento, independentemente de minhas arraigadas convicções oposicionistas, esperando que prossigam energicamente na defesa da soberania nacional, porque a nossa Pátria — palavra que nos dias correntes os tecnocratas e os cortesãos abominam — encontra-se de fato em perigo".

Embora os militares nacionalistas não estejam, no momento, organizados em grupo, sabe-se que eles vão lutar para não permitir que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, a quem consideram como inimigo, faça concessões ao capital estrangeiro nessa questão.

Em suas fileiras está crescendo a idéia da criação de uma "empresa brasileira de automóveis" que fabricaria motores movidos exclusivamente a álcool, o que contraria os interesses das multinacionais as quais preferem fazer adaptações nos motores movidos a combustíveis convencionais. O protótipo desse motor a álcool já se encontra em estágio bastante desenvolvido no Centro de Tecnologia da Aeronáutica (CTA). **(Antonio Carlos Queiroz, de Brasília)**

com nítidas características de oposição. Nesse momento, deputados e senadores de quase todos os partidos pronunciaram-se em defesa dos lavradores, reafirmando a justeza de suas reivindicações.

Mas, pouco depois, quando o movimento ganhou mais corpo e tornou-se claro quem eram os seus mais empenhados defensores, pôde-se perceber que os interesses em jogo não eram exatamente os dos pequenos produtores.

Para se compreender o que aconteceu, é importante conhecer o perfil dos plantadores de soja. Em primeiro lugar, não há propriamente o "pequeno" plantador. A soja é uma cultura altamente mecanizada, e só dá lucro se for assim, imprópria, portanto, para as pequenas lavouras. Dessa forma, os produtores de soja são, em sua maioria, médios plantadores e grandes empresas rurais. Os pequenos sitiantes de toda a região onde se produz soja em geral permanecem ligados à agricultura de subsistência, ou já venderam suas terras e partiram para a aventura do Mato Grosso ou da Amazônia.

A CASTANHA DO FOGO

As cooperativas de produção — realmente fortes na região, como a Cotrejuí e a Secotrigo — são, na verdade, grandes grupos em que os pequenos plantadores jamais teriam voz. Portanto, nos movimentos de massa contra o confisco cambial não houve exatamente, "massas", embora não se possa negar que um número enorme de colonos dele tenham participado realmente, com suas máquinas e seus gritos.

"Mas eles entraram meio de inocentes", afirma o economista gaúcho Italo Silveira, "pois o que aconteceu foi que os grandes produtores tiraram a castanha do fogo com a mão dos pequenos".

Um dos sintomas mais claros de que os interesses em jogo não eram os de pequenos e médios plantadores foi a liderança imediatamente assumida pelo secretário de Agricultura do Rio Grande, que se tornou porta-voz oficial do movimento, apoiado pelo governador Amaral de Souza, o qual passou a ser o interlocutor do Governo federal em Brasília.

Lutar contra o confisco era reviver o velho espírito farrapo, colocar um lenço vermelho na ponta da lança e partir para amarrar o pingo, não mais num obelisco do Rio de Janeiro, mas agora no Palácio do Planalto. O chauvinismo gaúcho, reacionário e ultrapassado, passou a ser uma "grande causa" para o Governo estadual que já vinha repetindo essa mesma idéia nas campanhas de propaganda que tem veiculado nos jornais e revistas.

Dessa forma, deputados do PDS, funcionários do Governo estadual, oligarquias municipais mais conservadoras, passaram a ser os grandes heróis do Rio Grande. E poucos perceberam o engano em que incorriam.

O economista Italo Silveira, ao analisar os resultados do movimento contra o confisco, conclui que apenas 10% da soja produzida no Brasil são exportados em grãos pelos produtores, através de empresas de exportação ou de cooperativas. Os outros 90% são comprados pelas grandes multinacionais que dominam o setor e só exportam farelo, a torta e o óleo bruto, além de colocar o óleo refinado no mercado interno.

Acontece que o confisco sobre o grão é de 5%, as taxas sobre o óleo bruto chegam a 8%, e sobre o farelo e a torta — que fazem o grande volume de exportações — de 26%. Ou seja, os produtores exportam muito pouco e o lucro que teriam com o fim do confisco seria muito pequeno, quase todo já naturalmente absorvido pelos exportadores intermediários.

Em números, isso significa algo em torno de 50 milhões de dólares, mas as grandes empresas esmagadoras de soja, fabricantes de óleo e farelo, é que na verdade tiveram o grande lucro. São elas que vão deixar de pagar, com a queda do confisco, cerca de 500 milhões de dólares, que certamente não irão transferir para ninguém — nem para o produtor, nem para o consumidor; estão acostumadas a estrangular os preços de compra, inventar falsas crises, reter estoques, e acabarão lucrando mais.

E o movimento dos plantadores gaúchos, ao invés de servir aos seus próprios interesses, acabou servindo muito mais às grandes multinacionais, que durante todo o episódio se mantiveram caladas como se nada daquilo lhes dissesse respeito. **(Murilo Carvalho, de Porto Alegre)**